

# O MARCO ZERO DE CAMPINAS

Emp 2.1.30.5.62

Jolomé Britto

Acredito que tenha resolvido satisfatoriamente o caso ou questão do marco zero da cidade de Campinas, que ninguém havia apurado, ainda, onde se localizaria na geografia da antiga gleba de Barreto Leme.

Estudando o assunto com o mesmo carinho com que sempre o faço quando se trata do passado campineiro, cheguei a conclusão já conhecida e que até agora não mereceu contestação da parte de quem quer que seja, pela simplicidade do que expus na primeira crônica referente ao assunto.

O marco zero da Capital de São Paulo, todo mundo bem o sabe, está chantado em pequeno nonumento na Praça ou Largo da Sé, em frente a sua imponente Catedral. Por quê? Logo após a proclamação da República, no ano de 1891, o Governo Federal em sua Constituição, artigo noventa e quatro, "estabeleceu que todas as terras do Brasil que não tivessem registros em nome de seus proprietários, menos aquelas bem entendido, que estavam na posse mansa e pacífica de quem as ocuparam por aquisição, constituíram-se em terras devolutas passando, pouco depois, da União para a posse dos governos dos Estados e consequentemente às Municipalidades, por direito que lhes era conferido".

As terras de Campinas, no entanto, e isto lembrei a um historiador de S. Paulo, o illustre dr. Pedro Brasil Bandecchi, já estavam na posse da Câmara Municipal campineira, por doação que lhe fora feita por Francisco Barreto Leme do Prado, fundador da cidade. Ainda assim, consolidou-se melhormente a propriedade das antigas sesmarias como pertencentes à Câmara Municipal, por motivo de discussão que se travou entre o governo da Província paulista e a edilidade campineira, nas proximidades do ano de 1863, formando-se alentado processo, com depoimentos de antigos moradores na velha Vila de São Carlos.

O dr. Bandecchi é nome dos mais conhecidos como político, como escritor e como historiador, pertencente ao

Instituto Histórico e Geográfico do Estado de S. Paulo, tendo publicado dentre outros livros, o denominado "Origem do Latifúndio no Brasil", comentários à respeito da-que-la Constituição de 1891 que teria sido a segunda promulgada no País.

Sabendo que as terras do Governo Federal passavam em cada Província antiga ou Estado para a propriedade de seus governos, São Paulo, tempos mais tarde, resolveu implantar ou chantar o marco zero da Capital paulista em frente à Igreja da Sé, como era comum proceder-se anteriormente à disposição federal. Somente não se comunicariam a tais instituições as terras que marcavam os pontos altos de sua defesa, em caso de guerra, principalmente as que contornam as fronteiras de nosso Brasil. Tudo explicado, disse-nos o sr. Brasil Bandecchi que o Pelourinho na Capital havia sido instalado no antigo Largo da Liberdade, um pouco distante da igreja primitiva, ali nas proximidades do Pátio do Colégio. Praça João Mendes e Avenida da Liberdade, de onde esta artéria paulistana tirou o nome (este último), isto é do antigo Largo.

Mas, aconteceu que conforme costume anterior à vigência da consolidação das leis que regiam o Brasil, os marcos zero eram chantados, conforme se escreveu, em frente aos templos católicos primitivos, e isto num raio de 12 quilômetros na Capital, à frente do Pelourinho, sendo a medida no interior de 8 quilômetros. Esse o motivo pelo qual existe na Praça da Sé o referido marco. Nada de latitude, nem longitude, mas sim, tudo feito de acordo com a tradição histórica. Claro que, então marcando-se a frente da Matriz Velha, antiga, hoje de N. Senhora do Carmo, o marco zero da cidade, estamos inteiramente de acordo com a tradição e com a história das cidades paulistas. Campinas situa-se a NNO da Capital do Estado, por 22.º 54'. latitude S, 3.º 33' de longitude, altitude média de 693 metros.

E com isso pensamos ter explicado suficientemente uma dúvida que pairava nas páginas de nossa história.